



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019
PROCESSO Nº 9549/2019

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, integrantes da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar **licitação, na modalidade de Pregão Presencial**, do tipo **menor preço global**, conforme descrito neste Edital, no Termo de Referência e demais Anexos, em conformidade com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas aplicáveis.

São partes integrantes além deste Edital e seus Anexos, o Termo de Referência e seus anexos.

1. DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva dos sistemas de ar condicionado e de automação dos prédios sede, anexo (com mezanino) e Escola de Contas Públicas deste Tribunal.

2. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues na data, horário e local abaixo indicados, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

Data: 29 de outubro de 2019.

Horário: 09 horas.

Local: Sede do TCE-AM, sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Av. Efigênio Sales nº 1155 – Bairro Parque 10.

Informações pelo telefone (92) 3301-8150 ou por e-mail: cpl@tce.am.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

3.1.1. A verificação da compatibilidade do objeto da contratação com a atividade da licitante dar-se-á na fase de Habilitação.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:



- 3.2.1. Que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
- 3.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.2.3. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação e sob concurso de credores;
- 3.2.4. Organizadas em consórcio;
- 3.2.5. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;
- 3.2.6. Que tenham diretores, sócios ou representantes legais participando em mais de uma proposta;
- 3.2.7. Que possuam, em sua diretoria ou quadro técnico, servidor público vinculado ao TCE-AM;
- 3.2.8. Enquadradas ou que tenha representante enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.
- 3.2.9. Empresas que ostentem quaisquer registros impeditivos constantes no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).
- 3.3. Caso seja constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item 3.2, ainda que a posteriori, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o **representante da licitante** deverá apresentar, em separado dos envelopes, documentos que o credencie a se manifestar, assinar e/ou rubricar documentos ou de responder pela empresa durante a sessão pública, devendo, ainda, identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
 - 4.1.1. No caso de representação por **sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado**, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil, acompanhado de cópia do respectivo Contrato, Estatuto Social e suas alterações ou outro instrumento de constituição jurídica, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.
 - 4.1.2. No caso de representação por **procurador**, o credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, no qual conste expresso poder para formular ofertas e lances de preços verbais, assinar atas e planilhas, negociar valores, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/outorgante com poder para tal outorga.
- 4.2. Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante, **não sendo admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa.**
- 4.3. A licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/06, e que tenha a intenção de usufruir do tratamento diferenciado, deverá apresentar **Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, de acordo com modelo estabelecido no ANEXO II deste Edital.



4.3.1. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

4.4. Se a licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de fazer lance e de recorrer dos atos do Pregoeiro.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos referentes à PROPOSTA DE PREÇOS e à HABILITAÇÃO deverão ser entregues, impreterivelmente, no dia, hora e local determinados neste Edital, mediante a apresentação de 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além do nome empresarial e CNPJ da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019 – TCE - AM
PROCESSO Nº 9549/2019
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019 – TCE- AM
PROCESSO Nº 9549/2019
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

5.2. As licitantes apresentarão, fora dos envelopes mencionados no item 4.1., **declaração** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em documento original, através de carta impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal ou procurador.

6.1.1. Caso a proposta tenha sido assinada por outro representante da licitante, diferente daquele credenciado (item 4.1.1), o representante credenciado deve apresentar a comprovação dos poderes do signatário da proposta.

6.1.2. A Proposta de Preços deverá:

6.1.2.1. Indicar o nome empresarial da licitante, CNPJ, endereço completo, CEP, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato;

6.1.2.2. Conter a especificação detalhada do objeto;

6.1.2.2.1. Registrar a **quantidade**, o **valor unitário e total**, em moeda nacional (Real), expressos em algarismos, com duas casas decimais depois da vírgula, válidos para a data da apresentação da proposta e pelo prazo de vigência da proposta;

6.1.2.2.2. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, será considerado – para fins de análise de preço - o valor unitário, estando o Pregoeiro autorizado a proceder aos cálculos aritméticos para a obtenção do valor total.



- 6.1.2.3.** Conter declaração da licitante de que incluiu na composição dos preços apresentados, além do lucro, frete, tributos, contribuições e demais despesas, custos e encargos de qualquer natureza decorrentes da execução do objeto desta licitação.
- 6.1.2.3.1.** Quaisquer tributos, custos e despesas eventualmente omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, sendo vedado alegar tal omissão em momento posterior à apresentação da proposta como justificativa para se eximir das obrigações assumidas e para reivindicar alteração de preços.
- 6.1.2.3.2.** Descrever o prazo de entrega do produto ofertado de acordo com o item 4 e seus subitens do Termo de Referência;
- 6.1.2.4.** Consignar validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública;
- 6.1.2.4.1.** Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por **60 (sessenta) dias** a contar da data da abertura da sessão pública, independentemente de qualquer outra manifestação.
- 6.1.2.5.** Indicar o número da conta corrente da empresa, agência e banco correspondente, para que sejam efetuados os pagamentos oriundos dos fornecimentos do objeto.
- 6.2.** A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 6.2.1.** Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 6.3.** A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

7.1. O Envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deverá conter os seguintes documentos:

7.1.1. Relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.1.1.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI;
- 7.1.1.1.1.** No caso de sociedade por ações, apresentar também os documentos de eleição dos atuais administradores;
- 7.1.1.2.** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, no caso de sociedade simples;
- 7.1.1.3.** Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 7.1.1.4.** Os documentos indicados nos itens 7.1.1.1. a 7.1.1.2., deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão.
- 7.1.1.5.** Os documentos relacionados nos itens 7.1.1.1. a 7.1.1.3., não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação” se tiverem sido apresentados para o credenciamento.



7.1.2. Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1.2.1.** Para fins de comprovação de que trata o inciso II, do artigo 30 da Lei 8666/93, o Edital para a contratação do objeto deste Termo de Referência, exigirá do licitante, como documentação relativa à qualificação técnica:
- a.** Atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante comprovando, emitidos por instituições públicas/privadas, aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto de que trata o processo licitatório;
 - b.** Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundárias especificadas no contrato social vigente;
 - c.** Comprovação que executa ou já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- 7.1.2.2.** Para efeitos de comprovação do item anterior, será aceito somatório de atestados de capacidade técnica que componham o período mínimo solicitado, ou seja, será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 02 (dois) anos serem ininterruptos.
- 7.1.2.3.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 7.1.2.4.** Em caso de dúvida fundada da Comissão Permanente de Licitação, de que o atestado não corresponde à realidade, deverá esta, usando da prerrogativa prevista no artigo 43, § 3º, da Lei 8666/93, exigir do licitante a apresentação de informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, comprovando, dentre outros documentos, cópia dos contratos que deram suporte à contratação, Notas Fiscais, Notas de Empenho, GFIP, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, e outros documentos comprobatórios que a Comissão julgar necessário.
- 7.1.2.5.** O licitante deverá comprovar ter em seu Quadro, sem ônus para a Contratante, celetista ou contratado, **no momento da assinatura do Termo de Contrato**, profissional Engenheiro ou Técnico em Segurança do Trabalho, registrado em seu respectivo Conselho, para orientação e fiscalização de uso de EPI e EPC durante os trabalhos realizados, com o objetivo de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho, bem como apresentar e executar cronograma de aplicação de DSS (Diálogo Semanal de Segurança) e SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho).
- 7.1.2.6.** Para efeitos de comprovação do item acima, será aceito apresentação de Engenheiro de Segurança no Trabalho no lugar do Técnico de Segurança no Trabalho, sem gerar qualquer pontuação, aumentativa ou diminutiva quando da substituição.
- 7.1.2.7.** O licitante deverá apresentar, **no momento da assinatura do Termo de Contrato**, os PROFISSIONAIS elencados no item 6.2.1 do Termo de Referência com:



- a. Comprovação que possuem a qualificação requerida para a função, por meio de Certificados de cursos qualificadores, expedidos por instituição autorizada a emití-los.

7.1.2.8. O licitante vencedor deverá apresentar no **início da execução contratual** os itens listados no Termo de Referência, sendo imprescindível que todos os materiais a serem utilizados na referida lista sejam novos, ou seja, os materiais/equipamentos terão que ser adquiridos recentemente pela empresa contratada.

7.1.3. Relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida até (noventa) dias antes da sessão de abertura desta licitação, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

7.1.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.1.3.2.1. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão ser apresentados em uma das seguintes formas:

7.1.3.2.1.1. Inscritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento;

7.1.3.2.1.2. Arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente.

7.1.3.2.2. Em relação à boa situação financeira, serão habilitadas as licitantes que apresentarem os seguintes indicadores:

7.1.3.2.2.1. Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

7.1.3.2.2.2. Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

7.1.3.2.3. Serão habilitados os licitantes que apresentarem ILG menor do que 1, desde que atendam as demais exigências e comprovem possuir valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

7.1.3.2.4. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão vir acompanhados da “Certidão de Regularidade Profissional”, vinculada ao contabilista que assina as peças contábeis, cuja validade deve abranger a data-limite para recebimento das propostas.

7.1.3.2.4.1. Também será aceito documento que comprove a regularidade do profissional na data-base das demonstrações contábeis.



- 7.1.3.2.4.2.** A regularidade do profissional que assina as demonstrações contábeis poderá ser atestada, mediante a emissão da certidão de regularidade, por parte do Pregoeiro ou equipe de apoio, via *internet*, durante a sessão.

7.1.4. Relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.1.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 7.1.4.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de sua atividade e compatível com o objeto do certame;
- 7.1.4.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.1.4.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 7.1.4.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais;
- 7.1.4.6.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- 7.1.4.6.1.** Esta certidão não é necessária caso a certidão apresentada em atenção à exigência do item 7.1.4.6. já contemple as contribuições previdenciárias.
- 7.1.4.7.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- 7.1.4.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.1.4.9.** As certidões e certificado referidos nos itens 7.1.4.3. a 7.1.4.8., deverão ter validade na data da abertura da sessão pública deste pregão presencial, com a ressalva do disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 (*caput* e parágrafos);
- 7.1.4.10.** O Pregoeiro e equipe de apoio poderão consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e certificado, para confirmar a autenticidade dos documentos apresentados, conforme itens 7.1.4.1 a 7.1.4.8.

7.1.5. Outros Documentos

- 7.1.5.1.** Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (ANEXO IV);
- 7.1.5.2.** Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesesseis anos (ANEXO V).

7.2. Disposições Gerais da Habilitação

- 7.2.1.** Os documentos exigidos nesta fase da licitação poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia, estas sujeitas, se necessário, a conferência de autenticidade posterior.
- 7.2.1.1.** A documentação exigida, no que couber, poderá ser apresentada através de impresso original obtido via Internet, desde que seja possível a confirmação, também pela Internet, de sua autenticidade.



- 7.2.2.** Os documentos exigidos neste edital deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para abertura dos envelopes de habilitação.
- 7.2.2.1.** Eventuais documentos que não contenham expresso o prazo de validade, quando cabível, deverão ser apresentados acompanhados de declaração do órgão emissor informando essa condição de validade indeterminada.
- 7.2.3.** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, observado o seguinte:
- 7.2.3.1.** Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- 7.2.3.2.** Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 7.2.3.3.** No caso dos itens 7.2.3.1. e 7.2.3.2., serão dispensados da filial aqueles documentos que, **COMPROVADAMENTE**, podem ou devem ser emitidos pela matriz, e vice-versa;
- 7.2.4.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8. PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1.** Na data, no horário e no local indicados no preâmbulo será aberta a sessão pública de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar do certame.
- 8.2.** Após o credenciamento, os representantes entregarão ao Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO III deste Edital e, em envelopes separados, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, **conforme itens 6 e 7.**
- 8.3.** Em seguida será feita a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços e a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.3.1.** Iniciada a abertura do primeiro envelope com Proposta de Preços, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9. SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

- 9.1.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital - especialmente as contidas no **item 7** e/ou consignarem preços inexequíveis ou excessivos para a Administração.
- 9.1.1.** Serão considerados inexequíveis os preços que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos.
- 9.1.1.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993.
- 9.1.2.** Serão considerados excessivos os preços que sejam superiores ao **preço global estimado pela Administração**, citado no TERMO DE REFERÊNCIA.
- 9.2.** A ordenação das propostas será feita com base no **preço global**.
- 9.2.1.** Serão selecionadas para a etapa de lances a licitante que apresentar o menor preço global e as licitantes com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.
- 9.2.2.** Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no item 9.2.1., serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3



(três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

- 9.3.** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;
- 9.3.1.** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.
- 9.3.2.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço unitário;
- 9.3.3.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no item 18 deste Edital.
- 9.4.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 9.5.** Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;
- 9.5.1.** O Pregoeiro, com vistas à redução do preço, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor.
- 9.6.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 9.7.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e houver proposta apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.1.** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela apresentada pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 9.7.2.** Não sendo vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item 9.7.1., o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na forma do item 9.7., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.8.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste Edital.

10. TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

- 10.1.** A licitante que apresentou a melhor proposta de preços deverá comprovar a situação de habilitação, **na forma do item 7** deste Edital.
- 10.1.1.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 10.1.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.2. Se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor e decidirá sobre a sua aceitabilidade. Em caso positivo, examinará os documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a seleção da proposta que atenda aos requisitos de habilitação.
- 10.3. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, com indicação do valor unitário do objeto licitado e o valor global (anual), e o Pregoeiro adjudicará o objeto caso não haja interposição de recurso.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro questionará dos presentes se há **intenção de recorrer** contra qualquer ato decidido na sessão do pregão, desde o credenciamento até a declaração final do vencedor.
- 11.2. A ausência de manifestação imediata e motivada das licitantes em recorrer importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;
- 11.3. No caso de manifestação imediata e motivada das licitantes em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso (fundamentação), ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002;
- 11.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá rever sua decisão fundamentadamente ou prestar informações e submeter o assunto à decisão da autoridade superior que poderá dar ou negar provimento ao recurso.
- 11.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e quanto ao prazo de validade da proposta, que somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.
- 11.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7. Decididos os recursos, será dada continuidade a sessão pública e aos demais procedimentos ou a autoridade competente fará a adjudicação do objeto à licitante vencedor e a homologação da licitação.
- 11.8. A adjudicação será feita pelo menor preço global;
- 11.9. Nos eventuais recursos, a recorrente deverá observar o seguinte:
 - 11.9.1. A peça recursal somente será aceita em original, podendo juntar documentos em cópias, estas sujeitas de verificações de suas autenticidades;
 - 11.9.2. As razões do recurso deverão ingressar no Setor de Protocolo do Tribunal de Contas do Estado, no Prédio-Sede, localizado na Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 – Manaus/AM, no horário das 7h às 15h, **direcionadas à Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM**.
 - 11.9.2.1. O Pregoeiro irá receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.



12. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Caberá à futura Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência (Anexo I deste Edital):

- 12.1.1.** Retirar a Nota de Empenho e assinar o Termo de Contrato relativos ao objeto desta licitação;
- 12.1.2.** Iniciar a execução do objeto adjudicado, a partir do recebimento da nota de empenho e assinatura do contrato, conforme solicitação formal do TCE-AM;
- 12.1.3.** Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;
- 12.1.4.** Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.5.** Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 12.1.6.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 12.1.7.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do TCE-AM, no tocante à execução dos serviços;

12.2. Caberá ao TCE-AM, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes no Termo de Referência.

- 12.2.1.** Emitir a Nota de Empenho em favor da empresa vencedora da licitação e assinar o Termo de Contrato relativo ao objeto desta licitação;
- 12.2.2.** Supervisionar a execução do objeto, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- 12.2.3.** Aplicar as penalidades por descumprimento das regras estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e no Termo de Contrato;
- 12.2.4.** Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.
- 12.2.5.** Efetivar a liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- 12.2.6.** Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

13. DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO, DA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a retirar a Nota de Empenho e assinar o Termo de Contrato relativos ao objeto desta licitação.

13.1.1. A minuta do termo de contrato é parte integrante deste Edital.

13.2. O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada para a retirada da Nota de Empenho e/ou assinatura do termo contratual, ensejará a aplicação de multa de 1% (dez por cento) sobre o valor da proposta ou lance final ofertado.

13.2.1. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/1993.

13.3. Previamente à emissão da nota de empenho e assinatura do Termo de Contrato, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.



- 13.3.1.** A não-manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital ou a não-regularização de eventuais pendências documentais no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de ciência formal de tal situação, prorrogável por igual período a critério da Administração, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais**, sendo facultado à Administração retornar à sessão pública da licitação e convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho e assinatura do Termo de Contrato, ou revogar a licitação.
- 13.4.** Farão parte integrante da contratação todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.
- 13.5.** Até a assinatura do Termo de Contrato, poderá ser desclassificada a proposta e/ou inabilitada a licitante vencedora, caso o TCE-AM venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.
- 13.6.** A vigência do Termo de Contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser a critério da Administração, prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
- 13.7.** O Termo de Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.
- 13.8.** O Termo de Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.
- 13.9.** É expressamente vedada a subcontratação do objeto deste Edital, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista neste Edital.

14. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

- 14.1.** A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo TCE-AM por intermédio de termo de contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 14.2.** Depois de assinado o Termo de Contrato, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato, para retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação e neste Edital.
- 14.3.** O prazo para a retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor registrado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCE-AM.
- 14.4.** É facultado ao TCE-AM, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, **convocar** os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (cadastro de reserva) ou para negociar redução de preço, **retornar** à sessão pública da licitação ou **revogar** a licitação.
- 14.5. Por ocasião da emissão da Nota de Empenho**, verificar-se-á se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.
- 14.5.1.** A não regularização de eventuais pendências documentais no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de ciência formal de tal situação, prorrogável por igual período a critério da Administração, implicará decadência do direito à contratação, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado à**



Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (cadastro de reserva) ou para negociar redução de preço, **retornar** à sessão pública da licitação ou **revogar** a licitação.

- 14.6.** Farão parte integrante da contratação todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 15.1.** As despesas com a contratação do objeto desta licitação serão atendidas pelas dotações consignadas no seguinte crédito orçamentário:

15.1.1. Programa de Trabalho: **01.122.0056.2466** – (Manutenção da Unidade Administrativa);

15.1.2. Natureza da despesa: **33.90.39.17** – (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos);

15.1.3. Fonte de Recursos: **100** (Recursos Ordinários).

16. ESTIMATIVA DE DESPESAS

- 16.1.** A estimativa de despesa máxima mensal será de **R\$ 89.846,32** (oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e seis reais trinta e dois centavos), perfazendo um total estimado de **R\$ 1.078.155,84** (Um milhão setenta e oito mil cento e cinquenta e cinco reais oitenta e quatro centavos), para um período de doze meses, conforme planilha de custos de formação de preços, anexas ao TR.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 17.1.** A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo, conforme dispõe o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1.** O pagamento, pelo cumprimento do objeto por parte da contratada, será efetuado pelo TCE-AM em até 10 (dez) dias corridos, contados da apresentação da nota fiscal ou fatura e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas na data de emissão do documento fiscal.

18.1.1. O pagamento fica condicionado à liquidação da despesa, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320/64.

18.1.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA, conforme domicílio bancário informado por ocasião da apresentação da proposta de preços (item 6.1.2.5., deste Edital).

18.1.2.1. Qualquer alteração no domicílio bancário da contratada deverá ser informada tempestivamente ao TCE-AM.

18.1.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado da data limite de vencimento até a data do efetivo pagamento, pela taxa diária de 0,10%.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1.** Se no decorrer da sessão pública da licitação ou na fase da assinatura do Termo de Contrato ou na fase de execução do objeto do presente Edital, ficar comprovada a



existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, esta, será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Estado e com os Municípios do Amazonas, seus órgãos e entidades, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multas e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 19.1.1. Cometer fraude fiscal;
- 19.1.2. Apresentar documento falso;
- 19.1.3. Firmar declaração falsa;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.5. Não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido;
- 19.1.6. Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
- 19.1.7. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- 19.1.8. Não manter a proposta;
- 19.1.9. Fraudar na execução do contrato;
- 19.1.10. Atrasar na execução do contrato;
- 19.1.11. Inexecução parcial ou total do contrato.
- 19.2. **Em qualquer das hipóteses mencionadas no item 18.1. e seus subitens serão assegurados à licitante/contratada o contraditório e a ampla defesa.**
- 19.3. Para os fins da condição mencionada no item 18.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.
- 19.4. Para condutas descritas nos itens 18.1.1 a 18.1.9 será aplicada multa de no máximo 30% do valor da proposta aceita ou contratado.
- 19.5. Para os fins dos itens 18.1.10 e 18.1.11, será aplicada multa nas seguintes condições:
 - 19.5.1. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido para o fornecimento, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE, a LICITANTE/CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da obrigação não cumprida, por dia corrido de atraso, até o limite de 15 % (quinze por cento). Após 30 (trinta) dias corridos de atraso, a CONTRATANTE poderá considerar inexecução total do contrato;
 - 19.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;
 - 19.5.3. 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução total do contrato.
- 19.6. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.
- 19.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
 - 19.7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes ou não houver valores a pagar por parte do TCE-AM, fica a LICITANTE/CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
 - 19.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela LICITANTE/CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

20. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS



- 20.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, pode impugnar este ato convocatório ou solicitar esclarecimentos sobre este edital e seus anexos.
- 20.2.** A petição deve ser encaminhada à Comissão Permanente de Licitação (CPL), **dirigida ao Pregoeiro** e protocolizada no Setor de Protocolo do TCE-AM, no Prédio-Sede, localizado na Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10 – Manaus/AM, no horário das 8h às 15h, com cópia para o e-mail da CPL (cpl@tce.am.gov.br).
- 20.2.1.** Informações podem ser obtidas através do telefone (92) 3301-8150 (CPL).
- 20.3.** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação e prestará os esclarecimentos solicitados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 20.4.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.2.** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 21.2.1.** A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro ou autoridade superior para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.
- 21.3.** A Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas ou por delegação a Secretária-Geral de Administração do TCE-AM compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.3.1.** A anulação do Pregão induz ao Termo de Contrato ou ajuste similar.
- 21.3.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 21.4.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.5.** Incorre em crime aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, sujeitando-se à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, além de multa (art. 93 da Lei nº 8.666 de 1993).
- 21.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCE-AM.
- 21.7.** De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.
- 21.7.1.** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas expressamente na própria ata.
- 21.8.** Toda a documentação referente ao credenciamento, às propostas e à habilitação será rubricada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelas licitantes presentes;



- 21.9.** O comunicado de abertura de licitação será divulgado através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no jornal contratado para divulgar atos do TCE e portal do TCE-AM (www.tce.am.gov.br);
- 21.9.1.** Os demais atos pertinentes do certame, como republicações e retificações do edital, resultado da licitação, comunicados, suspensão, e outros serão formalizados através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e no portal do TCE-AM (www.tce.am.gov.br);
- 21.9.2.** Ao retirar o edital on-line, a licitante obriga-se a acompanhar toda e qualquer alteração realizada no edital e em seus anexos, se houver, no sítio eletrônico desta Corte de Contas e no Diário Oficial Eletrônico.
- 21.10.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro com fundamento nas disposições constantes na legislação pertinente, especialmente na Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e no Decreto 7892/2013, e considerando a jurisprudência e doutrina existente sobre o tema.

Manaus, 2 de outubro de 2019.

MARCONDES GIL NOGUEIRA
Pregoeiro da CPL/TCE-AM

Equipe de Apoio:

Leomar de Salignac e Souza

Moacyr Miranda Neto

Walter Rodrigues Salles

Otacílio Leite da Silva Júnior



ANEXO I DO EDITAL **TERMO DE REFERÊNCIA**

DADOS DO PROPONENTE:

- a) Secretaria Geral de Administração (SEGER) e Divisão de Manutenção do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (DIMAN); Endereço: Avenida Efigênio Salles, 1155 – Parque 10 – 60.060.020 Manaus – Amazonas
- b) Responsável pelo preenchimento: Denilson Hirata Sá, Euderiques Pereira Marques e Vinícius Medeiros Vieira Dantas – Membros da Comissão de Elaboração e Execução de Projetos do TCE/AM.

1 OBJETIVO;

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva dos sistemas de ar condicionado e de automação dos prédios sede, anexo (com mezanino) e Escola de Contas Públicas deste Tribunal.

2 DA JUSTIFICATIVA;

Segundo o art. 1º da Lei Federal n.º 13.589/2018, todos os edifícios de uso público e coletivo que possuem ambientes de ar interior climatizado artificialmente devem dispor de um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC dos respectivos sistemas de climatização, visando à eliminação ou minimização de riscos potenciais à saúde dos ocupantes.

A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação dos equipamentos do sistema de climatização. Portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas. Outro fator é a limpeza que se, por um lado, é necessária para a remoção de sujeiras, por outro, pode piorar a qualidade do ar caso produtos inadequados sejam utilizados, por isso, é importante conscientizar os funcionários responsáveis pela limpeza para a qualidade dos produtos usados, seu armazenamento e sua manipulação.

Assim, verifica-se que a manutenção preventiva e corretiva, além de ser uma necessidade indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório. Tais equipamentos são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades deste órgão, uma vez que proporciona o bem estar, saúde e conforto térmico aos servidores e usuários dos prédios da Corte.

3 DA DESCRIÇÃO DO OBJETO;

3.1 Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, dos sistemas de ar condicionado e de automação dos Prédios Sede, Anexo, com mezanino, e da Escola de Contas Públicas deste TCE/AM, permanecendo, nas dependências do Tribunal, - Preposto (supervisor); Técnicos em refrigeração; Mecânicos de refrigeração e Auxiliares de Refrigeração.

4 DA RESPONSABILIDADE;



4.1 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS;

4.1.1 A fiscalização do objeto a ser contratado ficará à cargo da Divisão de Manutenção deste TCE/AM;

4.1.2 À Fiscalização fica assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais;
- b) Examinar todas as peças e materiais fornecidos pela CONTRATADA, antes de sua utilização, e decidir sobre sua aceitação ou rejeição;
- c) Rejeitar todo e qualquer material, peça ou equipamento de má qualidade;
- d) Solicitar a substituição de qualquer empregado cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente;
- e) A presença da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade na execução dos serviços.

4.2 DA CONTRATADA;

4.2.1 Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

4.2.2 Levar, imediatamente ao conhecimento da fiscalização do CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

4.2.3 Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

4.2.4 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações;

4.2.5 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços executados ou materiais utilizados, quando constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;

4.2.6 Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

4.2.7 Após a execução e finalização dos serviços, havendo a necessidade da retirada de moveis e equipamentos, a CONTRATADA deverá recolocá-los nos seus locais de origem;

4.2.8 Prestar, para a CONTRATANTE, os serviços de manutenção do sistema de automação TRANE¹ dos equipamentos de refrigeração instalados no prédio anexo, devendo a CONTRATADA:

- 4.2.8.1 Ser credenciada pela empresa Trane do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Condicionamento de Ar Ltda. A exigência do presente item deve ser comprovada apenas no ato de assinatura do contrato;

¹ **NOTA1:** Equipamentos TRANE demandam gestão de **software proprietário dedicado**, para gerenciamento dos equipamentos – **necessitando de empresa credenciada pela empresa Trane do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Condicionamento de Ar Ltda.**



- 4.2.8.2 Firmar termo de contrato específico com a empresa Trane do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Condicionamento de Ar Ltda., em virtude dos serviços de automação;
- Realizar os serviços de inspeção dos módulos de controle e comunicação;
 - Executar os serviços com pessoal habilitado;
 - Manter os equipamentos em bom estado de funcionamento, dentro do padrão recomendado pelo fabricante e de acordo com as Normas Técnicas Brasileiras aplicadas;
 - Fornecer todas as ferramentas necessárias aplicáveis na recuperação dos equipamentos;
 - Apresentar orçamento quando for necessário fazer substituição das peças e acessórios, que não estejam contemplados pelo presente contrato, submetendo-o à prévia e formal autorização da Administração, sendo que as peças e acessórios substituídos serão de propriedade do TCEAM;
 - Fornecer relatório técnico, onde constarão os horários de início e término de atendimento, bem como a identificação dos equipamentos reparados para controle do TCEAM.

4.2.9 Todas as peças e acessórios substituídos em razão das manutenções que serão contratadas tornar-se-ão pertencentes ao TCEAM;

4.2.10 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5 DOS EQUIPAMENTOS;

Totalizando 351 equipamentos

5.1 Equipamentos Prédio Anexo – 66 máquinas

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	K -7	18.000	TRANE	DECOM
2	K -7	12.000	TRANE	XEROX
3	K -7	12.000	TRANE	CHEFIA SEPLENO
4	K -7	12.000	TRANE	ASSESSORIA SEPLENO
5	K -7	12.000	TRANE	SALA DA CONSERVADORA
6	K -7	12.000	TRANE	ASSESSORIA DIMAN
7	K -7	9.000	TRANE	G-3 GUARITA
8	K -7	24.000	Mitsubishi	GUARITA PRINCIPAL- ENTRADA
9	K -7	12.000	TRANE	SALA DO MONITORAMENTO
10	K -7	12.000	TRANE	SALA DOS RACKS
11	K -7	18.000	TRANE	COPA 2° ANDAR
12	K -7	36.000	TRANE	SALA DO NO BREAK MÁQ : 01
13	K -7	36.000	TRANE	SALA DO NO BREAK MÁQ : 02
14	K -7	13.000	PIONNER	CHEFIA DIMAN
15	K -7	24.000	Mitsubishi	RECEPÇÃO 2° ANDAR
16	K -7	30.000	HITACHI	OAB - SALA-01
17	K -7	30.000	HITACHI	OAB - SALA-02
18	K -7	30.000	HITACHI	OAB - SALA-03
19	K -7	12.000	KOMECO	ADM- BIBLIOTECA
20	K -7	24.000	KOMECO	SALÃO-BIBLIOTECA
21	K -7	48.000	Carrier	SALA DO PRESIDENTE



22	ROOF TOP	*15TR	TRANE	PLENÁRIO
23	ROOF TOP	*15TR	TRANE	*PLENO, 1º e 2º Câmaras, Dirac, Djur, Cerimonial.
24	ROOF TOP	*15TR	TRANE	*PLENO, 1º e 2º Câmaras, Dirac, Djur, Cerimonial.
25	ROOF TOP	*20TR	TRANE	*PRESIDÊNCIA, Salão, Ouvidoria, Corregedoria.
26	ROOF TOP	*20TR	TRANE	*CONSELHEIROS: Júlio Cabral, Josué, Yara
27	ROOF TOP	*20TR	TRANE	*CONSELHEIROS: Júlio Cabral, Josué, Yara
28	ROOF TOP	*20TR	TRANE	*CONSELHEIROS: Érico, Mário, Júlio Cabral, Ary
29	ROOF TOP	*20TR	TRANE	*CONSELHEIROS: Érico, Mário, Júlio Cabral, Ary
30	Split Sistem	*7,5TR	TRANE	*BIBLIOTECA
31	Split Sistem	*7,5TR	TRANE	*CORREDORES TÉRREO
32	Split Sistem	*10TR	TRANE	*ASS. MILITAR, OAB, SALA DE REUNIÃO
33	Split Sistem	*15TR	TRANE	*RESTAURANTE

* Máquinas de ar condicionados de grande porte. 1TR = 12.000Btus.

Mezanino Superior

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	APOIO SEM NOME
2	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	APOIO SEM NOME
3	SPLIT SISTEM	18.000	TRANE	REUNIÃO
4	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	BIA
5	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	FOLHA DE PAGAMENTO
6	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	RECEPÇÃO
7	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	DEPED
8	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	APOIO SEM NOME
9	SPLIT SISTEM	18.000	TRANE	GERALDO
10	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	DIORFE
11	SPLIT SISTEM	12.000	TRANE	ROCHA
12	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	DIORFE
13	SPLIT SISTEM	18.000	TRANE	ROCHA
14	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	HALL DE CHEGADA
15	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	RITA
16	SPLIT SISTEM	18.000	TRANE	RITA

Mezanino Térreo

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	RACK
2	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	SALA OPERACIONAL
3	SPLIT SISTEM	12.000	TRANE	COPA
4	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	SECRETARIA
5	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	REUNIÃO
6	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	SALA OPERACIONAL
7	SPLIT SISTEM	12.000	TRANE	SUB SECRETARIA



8	SPLIT SISTEM	24.000	TRANE	RECEPÇÃO
9	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	CIRCULAÇÃO
10	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	SALA 01
11	SPLIT SISTEM	38.000	TRANE	SALA 01
12	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	CIRCULAÇÃO
13	SPLIT SISTEM	18.000	TRANE	IDU1

Mezanino Sala VIP

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
2	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
3	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
4	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
5	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
6	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
7	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1
8	SPLIT SISTEM	48.000	TRANE	IDU1

Inverters

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	TVR LX DC Inverter	31,5 kW	TRANE	Mezanino
2	TVR LX DC Inverter	37,5 kW	TRANE	Mezanino
3	TVR LX DC Inverter	37,5 kW	TRANE	Mezanino
4	TVR LX DC Inverter	63,0 kW	TRANE	Mezanino
5	TVR LX DC Inverter	69,0 kW	TRANE	Mezanino
6	TVR LX DC Inverter	69,0 kW	TRANE	Mezanino
7	TVR LX DC Inverter	63,0 kW	TRANE	Mezanino

5.2 Equipamentos Prédio Sede – 242 equipamentos

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	K-7	24.000	HITACHI	PORTARIA G1
2	K-7	24.000	HITACHI	PORTARIA G1
3	Split	60.000	HITACHI	PORTARIA G1
4	K-7	24.000	HITACHI	IMPRESSÃO
5	Split	12000	SPRINGER	DISA
6	Split	12000	SPRINGER	DISA
7	K-7	18000	MILLER	DISA
8	K-7	18000	MILLER	DISA
9	K-7	18000	MILLER	DISA
10	Split	12000	SPRINGER	DISA
11	K-7	18000	MILLER	DISA
12	K-7	18000	MILLER	DISA



13	K-7	18000	MILLER	DISA
14	K-7	18000	MILLER	DISA
15	K-7	22000	CARRIER	DISA
16	K-7	18000	MILLER	DISA
17	K-7	24000	HITACHI	DISA
18	K-7	18000	MILLER	DISA
19	K-7	18000	MILLER	DISA
20	K-7	18000	MILLER	DISA
21	K-7	18000	PIONEER	DISA
22	K-7	18000	MILLER	DISA
23	K-7	18000	MILLER	DISA
24	K-7	18000	MILLER	DISA
25	K-7	18000	MILLER	DISA
26	K-7	22000	CARRIER	DISA
27	K-7	24.000	HITACHI	DAÍ
28	K-7	24.000	HITACHI	SALA MOTORISTAS
29	K-7	36.000	HITACHI	LANCHE
30	K-7	36.000	HITACHI	REFEITÓRIO
31	K-7	36.000	HITACHI	DIAPS
32	K-7	36.000	HITACHI	DIAPS
33	K-7	36.000	HITACHI	DIPAT
34	K-7	24.000	HITACHI	DIPAT
35	K-7	18.000	MILLER	DIAS
36	K-7	18.000	MILLER	DIAS
37	K-7	36.000	HITACHI	DIMAT
38	K-7	24.000	HITACHI	DIMAT
39	K-7	24.000	HITACHI	DIMAT
40	K-7	60.000	HITACHI	DIMAT
41	K-7	36.000	HITACHI	DIMAT
42	Split	18.000	GREE	DIMAT
43	K-7	24.000	CARRIER	DEGESP
44	K-7	24.000	CARRIER	DEGESP
45	K-7	24.000	HITACHI	ASTEC
46	K-7	24.000	HITACHI	ASTEC
47	K-7	48.000	HITACHI	DIARQ
48	K-7	48.000	HITACHI	DIARQ
49	K-7	24.000	HITACHI	DIARQ
50	K-7	60.000	HITACHI	DIARQ
51	K-7	60.000	HITACHI	DIARQ
52	K-7	24.000	HITACHI	DIARQ
53	K-7	24.000	HITACHI	DIGITALIZAÇÃO
54	K-7	22.000	CARRIER	DEPLAN



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Administração - SEGER
Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM- CPL

55	K-7	48.000	PIONNER	DEPLAN
56	K-7	36.000	ELETROLUX	TECERIZADO
57	K-7	36.000	ELETROLUX	TECERIZADO
58	K-7	24.000	MITSUBISHI	SALA DE REFRIGE
59	K-7	48.000	MITSUBISHI	DCAP
60	K-7	48.000	MITSUBISHI	DCAP
61	K-7	18.000	MITSUBISHI	DCAP
62	K-7	36.000	ELETROLUX	DCAP
63	K-7	48.000	MITSUBISHI	DICAD
64	K-7	22.000	CARRIER	DICAD
65	Split	12.000	CARRIER	DIEPRO
66	K-7	48.000	MITSUBISHI	DIEPRO
67	Split	48.000	HITACHI	DIEPRO
68	Split	90.000	TOTALINE	NO-BREAK
69	Split	90.000	CARRIER	NO- BREAK
70	Split	90.000	SPRINGER	NO- BREAK
71	K-7	36.000	CARRIER	RECEPÇÃO DO 1
72	K-7	24.000	MITSUBISHI	DISUP
73	K-7	48.000	MITSUBISHI	DTIN
74	K-7	48.000	MITSUBISHI	DTIN
75	K-7	24.000	HITACHI	DTIN
76	K-7	24.000	HITACHI	DTIN
77	K-7	24.000	HITACHI	DTIN
78	K-7	24.000	MITSUBISHI	DTIN
79	K-7	36.000	HITACHI	DTIN
80	K-7	24.000	MITSUBISHI	DTIN
81	K-7	24.000	MITSUBISHI	DTIN
82	K-7	36.000	HITACHI	DTIN
83	K-7	22.000	CARRIER	DTIN
84	K-7	22.000	CARRIER	DTIN
85	K-7	36.000	ELETROLUX	DTIN
86	K-7	18.000	MITSUBISHI	SEGER
87	K-7	18.000	MITSUBISHI	SEGER
88	Split	60.000	WESTINGHOUSE	SEGER
89	K-7	22.000	CARRIER	SEGER
90	K-7	48.000	MITSUBISHI	TREINAMENTO I
91	K-7	48.000	MITSUBISHI	DEOAP
92	K-7	36.000	HITACHI	DEOAP
93	K-7	48.000	MITSUBISHI	D R H
94	K-7	48.000	MITSUBISHI	D R H
95	K-7	22.000	CARRIER	D R H
96	K-7	18.000	MITSUBISHI	D R H



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Administração - SEGER
Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM- CPL

97	K-7	48.000	mitsubishi	D R H
98	K-7	22.000	CARRIER	D R H
99	K-7	22.000	CARRIER	D R H
100	Split	60.000	HITACHI	SEGER
101	K-7	48.000	mitsubishi	DORF
102	K-7	24.000	mitsubishi	DORF
103	K-7	48.000	mitsubishi	DORF
104	K-7	22.000	CARRIER	DORF
105	K-7	18.000	mitsubishi	DECOI
106	K-7	18.000	mitsubishi	DECOI
107	K-7	48.000	mitsubishi	CPL
108	K-7	48.000	mitsubishi	CPP
109	K-7	48.000	mitsubishi	DICREX
110	K-7	60.000	HITACHI	DICREX
111	K-7	24.000	HITACHI	DICREX
112	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
113	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
114	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
115	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
116	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
117	K-7	48.000	CARRIER	MEMORIAL
118	K-7	48.000	ELGIN	MEMORIAL
119	K-7	48.000	CARRIER	SALA DE ORAÇÃO
120	K-7	60.000	HITACHI	SECEX
121	K-7	18.000	mitsubishi	SECEX
122	K-7	24.000	HITACHI	MÉMORIAL
123	K-7	24.000	mitsubishi	SALA NOVA
124	K-7	48.000	HITACHI	DIATI
125	K-7	24.000	HITACHI	DIATI
126	K-7	48.000	HITACHI	COMREX
127	K-7	48.000	HITACHI	DICERP
128	K-7	24.000	HITACHI	DICERP
129	K-7	48.000	HITACHI	SALA REU SECEX
130	K-7	48.000	HITACHI	DEAMB
131	K-7	24.000	HITACHI	DEAMB
132	K-7	48.000	HITACHI	DICREA
133	K-7	24.000	HITACHI	DICREA
134	K-7	18.000	mitsubishi	DCAI-AM
135	K-7	18.000	mitsubishi	DCAI-AM
136	K-7	48.000	mitsubishi	DCAI-AM
137	K-7	22.000	CARRIER	DCAI-AM
138	K-7	24.000	mitsubishi	REPROGRAFIA



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Administração - SEGER
Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM- CPL

139	K-7	48.000	HITACHI	DEATV
140	K-7	24.000	HITACHI	DEATV
141	K-7	22.000	CARRIER	DEATV
142	K-7	48.000	MITSUBISHI	DICAD-AM
143	K-7	48.000	MITSUBISHI	DICAD-AM
144	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICAD-AM
145	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICAD-AM
146	K-7	48.000	HITACHI	DICAD-AM
147	K-7	48.000	MITSUBISHI	DICAD-AM
148	K-7	48.000	HITACHI	DICAD-AM
149	K-7	18.000	MITSUBISHI	DITIN-TELEF
150	K-7	18.000	MITSUBISHI	DECAMI
151	K-7	36.000	HITACHI	DECAMI
152	K-7	36.000	ELETROLUX	DECAMI
153	K-7	60.000	HITACHI	DECAMI
154	K-7	18.000	MITSUBISHI	DECAMI
155	K-7	48.000	MITSUBISHI	DECAMI
156	K-7	48.000	MITSUBISHI	COMPREF
157	K-7	36.000	HITACHI	CONGOV
158	K-7	60.000	CARRIER	DICAI-MA
159	K-7	24.000	HITACHI	DICAI-MA
160	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICAD-MA
161	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICAD-MA
162	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICAD-MA
163	K-7	60.000	HITACHI	DICAD-MA
164	K-7	24.000	MITSUBISHI	DICAD-MA
165	K-7	24.000	MITSUBISHI	DICOP
166	K-7	24.000	HITACHI	DICOP
167	K-7	48.000	MITSUBISHI	DICOP
168	K-7	36.000	ELETROLUX	DICOP
169	K-7	60.000	CARRIER	DICOP
170	K-7	24.000	MITSUBISHI	DICOP
171	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICOP
172	K-7	18.000	MITSUBISHI	DICOP
173	K-7	24.000	MITSUBISHI	PROC GERAL
174	K-7	24.000	CARRIER	PROC GERAL
175	K-7	24.000	MITSUBISHI	PROC GERAL
176	K-7	24.000	MITSUBISHI	PROC GERAL
177	K-7	36.000	CARRIER	PROC GERAL
178	K-7	48.000	MITSUBISHI	DIRET. M P E
179	K-7	48.000	MITSUBISHI	DIRET. M P E
180	K-7	24.000	MITSUBISHI	DIRET. M P E



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Administração - SEGER
Comissão Permanente de Licitação do TCE/AM- CPL

181	K-7	60.000	CARRIER	DIRET. M P E
182	K-7	24.000	MITSUBISHI	DIRET. M P E
183	K-7	60.000	CLIMARIE	DIRET. M P E
184	K-7	24.000	MITSUBISHI	DIRET. M P E
185	K-7	36.000	ELETRODOS	AUDITORIO
186	K-7	36.000	ELETRODOS	AUDITORIO
187	K-7	36.000	CARRIER	AUDITORIO
188	K-7	22.000	CARRIER	AUDITORIO
189	K-7	22.000	CARRIER	SALA BECAS
190	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
191	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
192	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
193	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
194	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
195	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
196	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
197	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
198	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
199	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
200	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
201	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
202	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
203	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
204	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
205	Split	60.000	CARRIER	AUDITÓRIO
206	Split	18.000	WESTING	SOM AUDITOR
207	K-7	18.000	MITSUBISHI	TELECON
208	Split	18.000	PIONNER	TELECON
209	K-7	48.000	MITSUBISHI	SALA VIP
210	K-7	24.000	MITSUBISHI	SALA VIP
211	K-7	24.000	MITSUBISHI	ASSIST/MILITAR
212	K-7	24.000	MITSUBISHI	COPA
213	K-7	36.000	ELETROLUX	P-JOÃO BARROS
214	K-7	22.000	CARRIER	P-JOÃO BARROS
215	K-7	48.000	MITSUBISHI	P-JOÃO BARROS
216	K-7	24.000	MITSUBISHI	P-ADEMIR CARV
217	K-7	24.000	MITSUBISHI	P-ADEMIR CARV
218	K-7	36.000	CARRIER	P-ADEMIR CARV
219	K-7	24.000	MITSUBISHI	P-EVANILDO
220	K-7	60.000	HITACHI	P-EVANILDO
221	K-7	18.000	MILLER	P-EVANILDO
222	K-7	24.000	MITSUBISHI	PA-FERNANDA



223	K-7	18.000	MITSUBISHI	PA-FERNANDA
224	K-7	36.000	CARRIER	PA-FERNANDA
225	K-7	18.000	MITSUBISHI	PA-ELISSANDRA
226	K-7	18.000	MITSUBISHI	PA-ELISSANDRA
227	K-7	48.000	MITSUBISHI	PA-ELISSANDRA
228	K-7	48.000	MITSUBISHI	PA-ELISSANDRA
229	K-7	48.000	MITSUBISHI	PA-ELISSANDRA
230	K-7	24.000	HITACHI	P-RUY.MARCELO
231	K-7	24.000	HITACHI	P-RUY MARCELO
232	K-7	18.000	HITACHI	P- RUY MARCELO
233	K-7	24.000	MITSUBISHI	PA-ELIZÂNGELA
234	K-7	24.000	MITSUBISHI	PA-ELIZÂNGELA
235	K-7	24.000	CARRIER	PA-ELIZÂNGELA
236	K-7	24.000	MITSUBISHI	P-CARLOSALBERTO
237	K-7	24.000	MILLER	P-CARLO ALBERTO
238	K-7	18.000	MILLER	P-CARLO ALBERTO
239	K-7	18.000	CARRIER	PA-DRA EVELYN
240	K-7	18.000	CARRIER	PA-DRA EVELYN
241	K-7	36.000	ELETROLUX	PA- EVELYN
242	K-7	24.000	HITACHI	PA- EVELYN

5.3 Equipamento ECP – 43 equipamentos

ITEM	Tipo	BTU'S	Fabricante	SETOR
1	Piso Teto	60.000	ELGIN	Hall de entrada
2	Piso Teto	60.000	ELGIN	Hall de entrada
3	K - 7	48.000	ELGIN	Hall elevador / escadas
4	K - 7	48.000	ELGIN	Hall elevador / escadas
5	K - 7	48.000	ELGIN	Hall elevador / escadas
6	K - 7	24.000	ELGIN	Hall elevador / escadas
7	K - 7	24.000	ELGIN	Cafeteria
8	K - 7	24.000	ELGIN	Arquivo
9	K - 7	24.000	ELGIN	Reprografia
10	K - 7	24.000	ELGIN	Banheiro Masc.
11	K - 7	24.000	ELGIN	Banheiro Fem.
12	K - 7	48.000	ELGIN	Corredor 1
13	K - 7	48.000	ELGIN	Corredor 1
14	K - 7	48.000	ELGIN	Corredor 1
15	Cort. Var		EOS	Corredor 1
16	Cort. Var		EOS	Corredor 1
17	K - 7	36.000	ELGIN	Sala Professores
18	K - 7	36.000	ELGIN	Sala reunião



19	K - 7	24.000	ELGIN	Rack
20	K - 7	24.000	ELGIN	Rack
21	K - 7	24.000	ELGIN	Coordenação
22	K - 7	24.000	ELGIN	Diretoria
23	K - 7	24.000	ELGIN	Secretaria
24	K - 7	24.000	ELGIN	Administração
25	Piso Teto	60.000	ELGIN	Corredor 2
26	Piso Teto	60.000	ELGIN	Corredor 2
27	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 1
28	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 1
29	K - 7	24.000	ELGIN	Sala 1
30	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 2
31	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 2
32	K - 7	24.000	ELGIN	Sala 2
33	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 3
34	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 3
35	K - 7	24.000	ELGIN	Sala 3
36	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 4
37	K - 7	48.000	ELGIN	Sala 4
38	K - 7	24.000	ELGIN	Sala 4
39	K - 7	48.000	ELGIN	Sala Informática
40	K - 7	48.000	ELGIN	Sala Informática
41	K - 7	24.000	ELGIN	Sala Informática
42	K - 7	48.000	ELGIN	Vídeo Conferencia
43	K - 7	48.000	ELGIN	Vídeo Conferencia

6 DA EQUIPE TÉCNICA E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

6.1 DO PREPOSTO

- 6.1.1 A CONTRATADA deverá manter preposto junto ao Tribunal de Contas, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 6.1.2 O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato.



- 6.1.3 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 6.2 A CONTRATADA deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.
- 6.2.1 Para a realização dos serviços no horário compreendido entre 07:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, a CONTRATADA manterá no local dos serviços, os seguintes profissionais:
- 01 (um) Engenheiro Mecânico ou Eletricista;
 - 01 (um) Supervisor de Serviços Gerais;
 - 02 (dois) Técnicos de Refrigeração;
 - 02 (dois) Mecânicos de Refrigeração;
 - 04 (quatro) Auxiliares de Refrigeração.
- 6.2.1.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda equipe de sobreaviso, que poderá ser acionada pela FISCALIZAÇÃO em caso de extrema necessidade, para execução de trabalhos durante os turnos da noite ou madrugada, inclusive aos finais de semana e feriados, e deverá ser composta pelos seguintes profissionais:
- 01 (um) Mecânico de Refrigeração;
 - 01 (um) Auxiliar de Refrigeração.
- 6.2.2 Os técnicos em refrigeração deverão ser pessoas de experiência e idoneidade técnica, com certificado ou diploma em curso técnico de refrigeração e treinamento no sistema de ar condicionado por instituição reconhecida.
- 6.2.3 O supervisor de serviços gerais responderá pela empresa prestadora de serviços, não podendo se afastar desta sede durante o horário de trabalho, devendo fazer uso de um telefone móvel para efetuar a comunicação com a fiscalização e os demais servidores;
- 6.2.4 A CONTRATADA deverá realizar inspeções técnicas por Engenheiro Eletricista ou Mecânico, numa quantidade mínima de 48 (quarenta e oito) horas mensais, carga horária esta que ficará sob controle da fiscalização do contrato, a qual assegure a execução dos serviços dentro dos padrões técnicos e de qualidade, abrangendo a totalidade de aparelhos e sistemas de ar condicionados listados neste Termo de Referência.

7 DA REPOSIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO;

7.1 Além dos serviços de manutenção, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a reposição de todos e quaisquer materiais, peças e equipamentos, sobretudo aqueles constantes da **LISTA DE INSUMOS (anexa)**, dos quais a CONTRATADA deverá manter nas dependências do CONTRATANTE um estoque mínimo, para a manutenção dos serviços, de maneira a suprir as necessidades imediatas e não prejudicar o bom andamento dos serviços. As peças deverão ser da maior qualidade e a aprovação ficará a cargo da fiscalização – Divisão de Manutenção (DIVMAN).



7.2 Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: de limpeza, lubrificação, graxas, estopas, soldas, produtos de pintura, nitrogênio, oxigênio, acetileno, gás, etc.

7.3 A CONTRATADA obriga-se a manter ao menos 02 unidades dos seguintes instrumentos técnicos, em perfeitas condições de uso, para atendimento dos equipamentos de ar condicionado, abaixo discriminados:

- Bomba de vácuo;
- Manômetro;
- Multi-teste;
- Termômetro digital com mira à Laser;
- Termômetro Penta;
- Vacuômetro digital;
- Conjunto de solda (PPU);
- Bomba de Lavar;
- Escada dobrável;
- EPI'S.

8 DOS REPAROS QUE ENVOLVAM SERVIÇOS DE TERCEIROS;

8.1 Será de total responsabilidade da CONTRATADA, a execução de reparos que envolvam serviços de terceiros, tais como:

- a) Desmontagem, transporte e remontagem de equipamentos que devam ser reparados, dentro ou fora das dependências do CONTRATANTE;
- b) Serviços de terceiros, tais como: enrolamento de motores, serviços de torno e solda, balanceamentos, recuperação e/ou aferimento de componentes eletrônicos, etc., será de responsabilidade da CONTRATANTE.

8.2 Deverá a CONTRATADA apresentar orçamento quando for necessário, para os serviços que, por sua complexidade e especialidade, não estejam contemplados pelo contrato de manutenção, submetendo-o à prévia e formal autorização da Administração.

9 ESPECIFICAÇÕES GENÉRICAS DOS SERVIÇOS;

9.1 Detalhes não citados, referentes aos serviços a serem prestados e que a boa técnica leve a presumir sejam necessários, não deverão ser omitidos, sendo considerada inaceitável qualquer justificativa para sua inexecução.

10 DA MANUTENÇÃO;

10.1 Manutenção Corretiva:

10.1.1 Os serviços de manutenção corretiva, programados regularmente, eventuais ou emergenciais, demandados pela CONTRATANTE tantas vezes que se comprovar serem indispensáveis, tratam da execução dos trabalhos necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos equipamentos de ar condicionado, a fim de que seja retomada sua utilização de forma segura, eficiente e econômica, devendo ser preferencialmente realizados de segunda a sexta-feira, no horário das 7:00 às 17:00 horas, e aos sábados e finais de semana sob demanda.

10.1.2 A Manutenção Corretiva compreende, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

- a) correção de falhas e/ou defeitos detectados pela Unidade Fiscalizadora do contrato;
- b) correção de falhas e/ou defeitos constatados através de inspeção periódicas nos equipamentos e registrado em Planilha ou Relatório de Inspeção;
- c) correção de falhas e/ou defeitos detectados pela CONTRATADA por ocasião da execução de outro serviços; e,



d) substituição de peças.

- 10.1.3 No caso de serviços de manutenção corretiva para a solução de anormalidades eventuais, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, iniciar os procedimentos corretivos no prazo máximo de até 3 (três) horas.
- 10.1.4 No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial relativa a acidentes de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, adotar urgentes providências no sentido de sanear o problema em até 1 (uma) hora.
- 10.1.5 A conclusão dos serviços ficará condicionada à sua extensão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 03 (três) dias, salvo anuência por escrito do contratante.
- 10.1.6 Os serviços que, por sua natureza técnica, não possam ser executados nas dependências do Tribunal de Contas, a CONTRATADA deverá solicitar por escrito, autorização para remover o equipamento, partes dele ou peças, não acarretando nessa remoção qualquer ônus para a Contratante, assim como, não podendo ultrapassar o prazo estipulado no item anterior.
- 10.1.7 A CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito, sempre que o conserto dos equipamentos, partes ou peças removidas, exija prazo superior ao disposto neste Termo.
- 10.1.8 Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato a isente da aplicação de sanção contratual ou provoque, para a CONTRATANTE, qualquer perda de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes aos equipamentos de ar condicionado.
- 10.1.9 A requisição de serviços de manutenção corretiva, eventuais ou emergenciais poderá ser formalizada por meio de comunicação verbal (telefone) ou escrita (ofício, fax, mensagem eletrônica, etc.), com posterior oficialização através de Ordem de Serviço.

10.2 **Manutenção preventiva:**

- 10.2.1 Consiste em procedimentos visando prevenir situações que possam gerar falhas, defeitos ou até mesmo interferir no tempo de vida útil dos equipamentos, bem como recomendar ao CONTRATANTE eventuais providências para solução de problemas que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho e eficiência dos mesmos.
- 10.2.2 A Manutenção Preventiva compreende, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:
 - 10.2.2.1 Limpeza geral do equipamento;
 - 10.2.2.2 Verificação e manutenção dos isolamentos das tubulações;
 - 10.2.2.3 Eliminar focos de ferrugem;
 - 10.2.2.4 Limpeza dos filtros de ar;
 - 10.2.2.5 Verificação e manutenção dos compressores;
 - 10.2.2.6 Limpeza interna e externa dos evaporadores;
 - 10.2.2.7 Limpeza interna e externa dos condensadores;



- 10.2.2.8 Limpeza da serpentina dos evaporadores;
- 10.2.2.9 Ajuste dos termostatos;
- 10.2.2.10 Medição da vazão do ar;
- 10.2.2.11 Verificação e correção do alinhamento e fixação das polias dos ventiladores e motores;
- 10.2.2.12 Medição de amperagem e voltagem dos motores e ventiladores;
- 10.2.2.13 Verificação dos quadros elétricos, referente ao superaquecimento e aperto dos terminais reparando irregularidades;
- 10.2.2.14 Medir, completar e repor a carga de gás refrigerante, bem como corrigir vazamento na tubulação frigorígena de modo a garantir a carga térmica necessária ao perfeito rendimento dos equipamentos;
- 10.2.2.15 Manutenção mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
- 10.2.2.16 Manutenção dos circuitos de força e comando elétrico dos equipamentos;
- 10.2.2.17 Manutenção de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 10.2.2.18 Lubrificação geral dos equipamentos;
- 10.2.2.19 Manutenção de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
- 10.2.2.20 Leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperatura necessárias para caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos;
- 10.2.3 A Manutenção Preventiva deverá ser executada, obrigatoriamente, em intervalos de tempo no planejamento prévio, em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a chamados ou reclamações.
- 10.2.4 Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, a CONTRATADA deve: implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC e:
 - 10.2.4.1 Observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a maximização da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
 - 10.2.4.2 Zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;
 - 10.2.4.3 Manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normalizados de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar, conforme definido nas especificações e projeto do Sistema de Climatização. Assim, a CONTRATADA deve realizar medições nas salas onde se encontram os sensores do Sistema de Supervisão e adotar as medidas necessárias para alcançar os padrões supracitados. Nos demais ambientes, as medições ocorrerão sempre que necessárias ou houver determinação da FISCALIZAÇÃO; e



10.2.4.4 Observar as prescrições da Portaria n° 3.523 GM/MS/98, em especial as disposições dos artigos 5° e 6°, procedendo conforme determinações descritas a seguir:

10.2.4.4.1 Manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;

10.2.4.4.2 Utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

10.2.4.4.3 Manter em condições de operação os filtros, promovendo sua substituição, quando necessário;

10.2.4.4.4 Remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;

10.2.4.4.5 Preservar a captação de ar externo, livre de possíveis fontes poluentes que apresentem riscos à saúde humana;

10.2.4.4.6 Manter um responsável técnico habilitado com as seguintes atribuições:

10.2.4.4.6.1 Implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança dos equipamentos condicionadores e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria n° 3.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971/97 da ABNT;

10.2.4.4.6.2 Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua, direta ou indireta, dos serviços de manutenção;

10.2.4.4.6.3 Manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC; e

10.2.4.4.6.4 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais.

10.2.5 Plano Básico de Manutenção:

O Plano de Manutenção deverá conter pelo menos:

A- MENSAL

- Verificar existência de ruídos e vibrações anormais;
- Efetuar limpeza do painel frontal;
- Efetuar limpeza do filtro de ar;
- Verificar as grades de ventilação e exaustão;
- Verificar atuação da chave seletora;
- Verificar atuação do termostato;
- Medir e anotar tensão elétrica de alimentação;
- Medir e anotar tensão elétrica do ventilador e compressor;



- Verificar pressão da linha de gás.

A1 - QUADROS ELÉTRICOS

- Verificar o aquecimento dos cabos e contatos elétricos;
- Verificar o estado geral da fiação;
- Medir as tensões de entrada e saída;
- Medir as correntes (amperagem) nos quadros elétricos.
- Conferir a fixação de todos os terminais – disjuntores, conectores, reles, etc.;
- Fazer a limpeza geral- limpar os fios e cabos com estopa e vaselina líquida.

B- SEMESTRAL

B1. APARELHOS DE AR CONDICIONADO

- Medir e anotar a temperatura do ar no insuflamento, retorno, ambiente e exterior;

B2. VENTILAÇÃO - EXAUTORES

- Efetuar a lubrificação das buchas;
- Combater focos de ferrugem, fazer o tratamento adequado e pintar.
- Limpeza dos dutos.

C- ANUAL

C1. QUADROS ELÉTRICOS

- Reapertar a fixação dos contactores;
- Verificar a resistência de aterramento dos quadros;
- Efetuar a limpeza geral do quadro;
- Efetuar a limpeza geral dos fios e cabos externos, com estopa úmida em vaselina líquida;
- Verificar o fechamento das portas dos armários;
- Verificar dobradiças, trincos e lubrificar;
- Verificar quanto a existência de focos de ferrugem, tratá-los de forma adequada, e pintar;
- Verificar a fixação do próprio quadro.

C2. APARELHOS DE AR CONDICIONADO

- Efetuar limpeza do condensador;
- Efetuar limpeza do evaporador;
- Eliminar pontos de ferrugem;
- Verificar resistência de isolamento do motor e compressor;
- Verificar estado da fiação;
- Verificar o isolamento interno;
- Limpar bandeja de condensação de dreno.

11 DA FISCALIZAÇÃO;

- 11.1 O setor responsável pela fiscalização deverá observar na íntegra os procedimentos descritos nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Alterações;



- 11.2 Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Termo de referência e Rotina de Execução, Orçamentos, Cronogramas, Correspondências e Relatórios de Serviços;
- 11.3 Obter da CONTRATADA a garantia explícita dos serviços executados, assim como das peças substituídas de modo a verificar a sua efetiva utilização;
- 11.4 Analisar, aprovar e fiscalizar a execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle, a ser apresentado pela CONTRATADA no início da execução do Contrato;
- 11.5 Esclarecer das dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;
- 11.6 Paralisar e/ou solicitar a correção de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com plano ou programa de manutenção, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- 11.7 Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
- 11.8 Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;
- 11.9 Exercer rigoroso controle sobre a periodicidade de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- 11.10 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como atestar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- 11.11 Verificar e aprovar os relatórios de execução dos serviços, elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.12 Verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato;
- 11.13 Solicitar a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos serviços;
- 11.14 A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços;
- 11.15 A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços;
- 11.16 O Relatório de Serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes à execução dos serviços, conclusão e aprovação, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e Fiscalização;
- 11.17 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da unidade representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a aprovação das medidas convenientes.

12 DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS;



- 12.1 Somente poderão ser considerados para efeito de recebimento e pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com este Termo de Referência previamente aprovado pelo CONTRATANTE e ao instrumento contratual;
- 12.2 O recebimento dos serviços será baseado em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, registrando os elementos necessários à discriminação e determinação dos serviços efetivamente executados;
- 12.3 A discriminação dos serviços considerados no recebimento deverá respeitar rigorosamente o estipulado neste Termo de Referência, ao Contrato e aos critérios de pagamento;
- 12.4 O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base no recebimento dos serviços aprovados pela fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato;
- 12.5 O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado por meio de uma inspeção realizada pela Fiscalização mediante a entrega do relatório de execução dos serviços previsto neste Termo de Referência;
- 12.6 Nesta inspeção, a fiscalização deverá indicar as eventuais correções e complementações, caso existam, consideradas necessárias ao recebimento dos serviços;

13 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

- 13.1 A análise da Qualificação Técnica será comprovada e analisada mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - 13.1.1 Atestado de capacidade técnica, experiência na assistência técnica em refrigeração, exclusivamente, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços semelhantes e compatíveis com objeto desta licitação;
 - 13.1.2 Declarar que dispõe de instalações, máquinas, ferramentas e mão de obra qualificada para a execução dos serviços;
 - 13.1.3 Ser credenciada pela empresa Trane do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Condicionamento de Ar Ltda., em razão da necessidade de execução dos serviços de automação nas Centrais Trane, devendo ser comprovada tal exigência apenas na assinatura do contrato;
 - 13.1.4 Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços que trata o objeto desta licitação, acompanhada do Registro do Profissional indicado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

14 DAS PENALIDADES;

- 14.1 Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil ou criminal, ficará sujeito às seguintes sanções administrativas fixadas no bojo dos Art. 86 a 88 da Lei 8.666/1993:
 - 14.1.1 Advertência;
 - 14.1.2 Multa, pelos seguintes critérios e dosimetria;



- a) Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo TCE-AM;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizada, na hipótese da rescisão administrativa, se o Contratado recusar-se a executá-lo;
 - c) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa do prestador de serviços em assinar o contrato, e;
 - d) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens cotados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Ata de Registro de Preços.
- 14.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 14.1.5 E outras sanções que poderão ser previstas no Edital e no Termo de Contrato.

15 DA VISITA TÉCNICA PRÉVIA ÀS INSTALAÇÕES;

A empresa licitante deverá indicar um profissional, devidamente credenciado, que deverá comparecer ao TCE-AM, até o dia útil imediatamente anterior à data de abertura da licitação, impreterivelmente, no horário das 8:00 às 13:00 horas, para efetuar a visita técnica, onde tomará conhecimento das condições locais da realização das obras e serviços, para a elaboração de sua Proposta de Preços, devendo constar no envelope 1- Da Habilitação.

15.1.1 É obrigatória a visita ao local dos serviços por parte das licitantes, antes da apresentação de suas propostas. Todas as condições locais deverão, então, ser adequadamente observadas, devendo ainda ser pesquisados e levantados todos os elementos, quantitativos e demais dados que possam ter influência no desenvolvimento dos trabalhos, de modo que não serão atendidas solicitações durante a execução dos serviços sob o argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho, instalações existentes ou de dados do projeto;

15.1.2 Declaração de Vistoria Técnica preenchido, declarando ter a licitante tomado conhecimento do local e das condições para a execução das obras e serviços objeto desta licitação (Anexo 08):

- a) A visita ao local dos serviços feita pelo responsável da licitante, deverá ser solicitada através de requerimento, junto à Diretoria de Administração Interna – Divisão de Manutenção – TCE-AM, Av. Efigênio Sales, n. 1155 – Bairro Parque 10, CEP -69.060–020 – Manaus/AM, Tel. (092) 3301-8110;
 - b) No requerimento supracitado deverão constar os dados da empresa, o nome do responsável pela vistoria, a indicação do número do edital e o seu respectivo objeto.
- 15.1.3 A Vistoria Técnica poderá ser substituída por declaração de renúncia à vistoria, assumindo, a empresa, toda a responsabilidade e/ou consequências por não ter comparecido à visita, cujo



documento será devidamente assinado pelo sócio/proprietário ou responsável técnico. A empresa que não realizar a visita técnica ou não emitir a declaração de renúncia será automaticamente inabilitada.

16 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 **Programa de Trabalho:** 01.122.0056.2466 – (Manutenção da Unidade Administrativa). **Elemento de Despesa:** 33.90.39.17 – (Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos); **Fonte:** 100 (Recursos Ordinários).

17 ESTIMATIVA DE DESPESAS;

17.1 A estimativa de despesa máxima mensal será de **R\$ 89.846,32** (oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos, perfazendo um total estimado de **R\$ 1.078.155,84** (um milhão, e setenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), para um período de doze meses, conforme Planilha de Formação de Preço e demais demonstrativos, anexos a este Termo de Referência.

18 PRAZO DE VIGÊNCIA;

18.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de Termo de Aditivo, conforme dispõe o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Declaro para os devidos fins que o presente **TERMO DE REFERÊNCIA** está de acordo com o inciso IX, do artigo 6º da Lei 8666/93

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DO TCE/AM – PORTARIA n.º 24/2018-GPDRH, em 9 de outubro de 2019.

Denilson Hirata e Sá
Engº Eletricista - Matricula 1930-5A

Euderiques Pereira Marques
Engº Civil - Matricula 1242-4A

Vicente De Paulo Batista Rodrigues Junior
Engº Civil - Matricula 1939-9A

Vinícius Medeiros Vieira Dantas
Engº Civil - Matricula 1952-6A

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE (Art. 5º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93).

Aprovo o presente o Termo de Referência que se encontra de acordo com o Art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666/93.

Manaus(AM), 9 de outubro de 2019.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA

Secretária de Administração Geral do TCEAM



ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA ENCONTRAM-SE NO PORTAL DO TCE – SEÇÃO LICITAÇÕES

ANEXO III - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO IV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS LICITANTES

ANEXO V - COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO VI - PLANILHA DE INSUMOS COM PREÇO

ANEXO VII - PLANILHA DE INSUMOS LICITANTES

ANEXO VIII - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019



ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 9549/2019 - Pregão Presencial n.º 12/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (Endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no artigo 3º, na condição de [microempresa ou empresa de pequeno porte – especificar uma das condições], e que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo supracitado, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado previsto em lei.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



ANEXO III DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 9549/2019 - Pregão Presencial n.º 12/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente

....., de de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 9549/2019 - Pregão Presencial n.º 12/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



ANEXO V DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO (INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref.: Processo n.º 9549/19 - Pregão Presencial n.º 12/2019

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade



ANEXO VI DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Ref.: Pregão Presencial nº ____/201__.

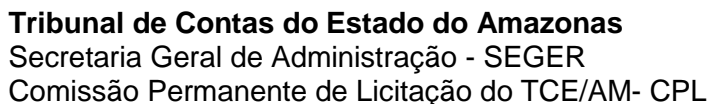
Declaramos que em atendimento ao previsto no edital do Pregão Presencial nº ____/____, que
_____, (profissão), portador(a) da CI/RG nº _____ e do
CPF nº _____, CREA nº _____, da empresa
_____, estabelecida no (a)
_____, como seu representante legal para os fins da presente declaração ,
compareceu perante a COFIO , e vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço ,
tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes.

Local e data

Assinatura e carimbo (Responsável da empresa)

Visto e carimbo:

Servidor do TCE/AM



Manaus, XX de XXXX de 201X.

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, E A
EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. NA FORMA ABAIXO:

- a) correção de falhas e/ou defeitos detectados pela Unidade Fiscalizadora do contrato;
- b) correção de falhas e/ou defeitos constatados através de inspeção periódicas nos equipamentos e registrado em Planilha ou Relatório de Inspeção;
- c) correção de falhas e/ou defeitos detectados pela CONTRATADA por ocasião da execução de outro serviços; e,
- d) substituição de peças.



PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá manter preposto junto ao Tribunal de Contas, aceito pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO: Para a realização dos serviços no horário compreendido entre 07:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, a CONTRATADA manterá no local dos serviços, os seguintes profissionais:

- 01 (um) Engenheiro Mecânico ou Eletricista;
- 01 (um) Supervisor de Serviços Gerais;
- 02 (dois) Técnicos de Refrigeração;
- 02 (dois) Mecânicos de Refrigeração;
- 04 (quatro) Auxiliares de Refrigeração.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda equipe de sobreaviso, que poderá ser acionada pela FISCALIZAÇÃO em caso de extrema necessidade, para execução de trabalhos durante os turnos da noite ou madrugada, inclusive aos finais de semana e feriados, e deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

- 01 (um) Mecânico de Refrigeração;
- 01 (um) Auxiliares de Refrigeração.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA deverá realizar inspeções técnicas por Engenheiro Eletricista ou Mecânico, numa quantidade mínima de 48 (quarenta e oito) horas mensais, carga horária esta que ficará sob controle da fiscalização do contrato, a qual assegure a execução dos serviços dentro dos padrões técnicos e de qualidade, abrangendo a totalidade de aparelhos e sistemas de ar condicionados listados neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Além dos serviços de manutenção, será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a reposição de todos e quaisquer materiais, peças e equipamentos, sobretudo aqueles constantes da **LISTA DE INSUMOS (anexa)**, dos quais a CONTRATADA deverá manter nas dependências do CONTRATANTE um estoque mínimo, para a manutenção dos serviços, de maneira a suprir as necessidades imediatas e não prejudicar o bom andamento dos serviços. As peças deverão ser da maior qualidade e a aprovação ficará a cargo da fiscalização – Divisão de Manutenção (DIVMAN).

PARÁGRAFO OITAVO: Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: de limpeza, lubrificação, graxas, estopas, soldas, produtos de pintura, nitrogênio, oxigênio, acetileno, gás, etc.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA obriga-se a manter ao menos 02 unidades dos seguintes instrumentos técnicos, em perfeitas condições de uso, para atendimento dos equipamentos de ar condicionado, abaixo discriminados:

- Bomba de vácuo;
- Manômetro;
- Multi-teste;
- Termômetro digital com mira à Laser;
- Termômetro Penta;
- Vacuômetro digital;
- Conjunto de solda (PPU);
- Bomba de Lavar;



- Escada dobrável;
- EPI'S.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os serviços de manutenção preventiva consiste em procedimentos visando prevenir situações que possam gerar falhas, defeitos ou até mesmo interferir no tempo de vida útil dos equipamentos, bem como recomendar ao CONTRATANTE eventuais providências para solução de problemas que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho e eficiência dos mesmos, compreendendo, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

- a) Limpeza geral do equipamento;
- b) Verificação e manutenção dos isolamentos das tubulações;
- c) Eliminar focos de ferrugem;
- d) Limpeza dos filtros de ar;
- e) Verificação e manutenção dos compressores;
- f) Limpeza interna e externa dos evaporadores;
- g) Limpeza interna e externa dos condensadores;
- h) Limpeza da serpentina dos evaporadores;
- i) Ajuste dos termostatos;
- j) Medição da vazão do ar;
- k) Verificação e correção do alinhamento e fixação das polias dos ventiladores e motores;
- l) Medição de amperagem e voltagem dos motores e ventiladores;
- m) Verificação dos quadros elétricos, referente ao superaquecimento e aperto dos terminais reparando irregularidades;
- n) Medir, completar e repor a carga de gás refrigerante, bem como corrigir vazamento na tubulação frigorígena de modo a garantir a carga térmica necessária ao perfeito rendimento dos equipamentos;
- o) Manutenção mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
- p) Manutenção dos circuitos de força e comando elétrico dos equipamentos;
- q) Manutenção de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- r) Lubrificação geral dos equipamentos;
- s) Manutenção de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
- t) Leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperatura necessárias para caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A Manutenção Preventiva deverá ser executada, obrigatoriamente, em intervalos de tempo no planejamento prévio, em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a chamados ou reclamações.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, a CONTRATADA deve: implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC:

- a) Observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a maximização da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;
- b) Zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores;
- c) Manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normalizados de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar, conforme definido nas especificações e projeto do Sistema de Climatização. Assim, a CONTRATADA deve realizar medições nas salas onde se encontram os sensores do Sistema de Supervisão e adotar as medidas



necessárias para alcançar os padrões supracitados. Nos demais ambientes, as medições ocorrerão sempre que necessárias ou houver determinação da FISCALIZAÇÃO;

d) Observar as prescrições da Portaria nº 3.523 GM/MS/98, em especial as disposições dos artigos 5º e 6º, procedendo conforme determinações descritas a seguir:

I - Manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores) de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;

II - Utilizar, na limpeza dos componentes dos equipamentos de ar condicionado, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

III - Manter em condições de operação os filtros, promovendo sua substituição, quando necessário;

IV - Remover as partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar condicionado após a limpeza, e acondicioná-las em recipientes e locais adequados;

V - Preservar a captação de ar externo, livre de possíveis fontes poluentes que apresentem riscos à saúde humana;

VI - Manter um responsável técnico habilitado com as seguintes atribuições:

1) Implantar e manter um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança dos equipamentos condicionadores e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria nº 3.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971/97 da ABNT;

2) Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua, direta ou indireta, dos serviços de manutenção;

3) Manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC; e

4) Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO – Ao CONTRATANTE é assegurado o direito de, a seu critério, e através de representante, especialmente designado por meio de Portaria, para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços e do comportamento do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo deste, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: À existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO QUARTO: As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO QUINTO: A contratada é obrigada a manter preposto, aceito pela Administração, no local de serviço, para representá-lo na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: Cabe ao fiscal ou Unidade Fiscalizadora, sem prejuízo das demais incumbências previstas no Termo de Referência:

1. observar na íntegra os procedimentos descritos nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e Alterações;



2. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato, Termo de referência e Rotina de Execução, Orçamentos, Cronogramas, Correspondências e Relatórios de Serviços;
3. Obter da CONTRATADA a garantia explícita dos serviços executados, assim como das peças substituídas de modo a verificar a sua efetiva utilização;
4. Analisar, aprovar e fiscalizar a execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle, a ser apresentado pela CONTRATADA no início da execução do Contrato;
5. Esclarecer das dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;
6. Paralisar e/ou solicitar a correção de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com plano ou programa de manutenção, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
7. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;
8. Exercer rigoroso controle sobre a periodicidade de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
9. Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como atestar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado, com reposição de peças e materiais de consumo, dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e, ainda:

- I. A execução de reparos que envolvam serviços de terceiros, tais como:
 - a) Desmontagem, transporte e remontagem de equipamentos que devam ser reparados, dentro ou fora das dependências do CONTRATANTE;
 - b) Serviços de terceiros, tais como: enrolamento de motores, serviços de torno e solda, balanceamentos, recuperação e/ou aferimento de componentes eletrônicos, etc., será de responsabilidade da CONTRATANTE.
 - c) Deverá a CONTRATADA apresentar orçamento quando for necessário, para os serviços que, por sua complexidade e especialidade, não estejam contemplados pelo contrato de manutenção, submetendo-o à prévia e formal autorização da Administração.
- II. A reparação de quaisquer prejuízos causados ao patrimônio do Tribunal, quando da execução dos serviços contratados;
- III. Manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificado, bem como substituir dentro de 24 (vinte quatro) horas, mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pelo CONTRATANTE, independente de apresentação de justificativa;
- IV. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;
- V. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços;



VI. Responsabilizar-se pela estrita observância das normas de segurança interna, bem como atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas na execução dos serviços;

VII. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços executados ou materiais utilizados, quando constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, dentro dos prazos previstos no Termo de Referência;

VIII. Prestar para a CONTRATANTE, os serviços de manutenção do sistema de automação TRANE² dos equipamentos de refrigeração instalados no prédio anexo, conforme especificações do Termo de Referência;

IX. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, que se fizerem necessários no objeto contratado, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;

X. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, incluindo a assistência técnica, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e quaisquer outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelos Governos Federal, Estadual ou Municipal;

XI. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao TCE/AM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993;

XII. Dirimir quaisquer dúvidas do objeto com a COFIO e com a Unidade Fiscalizadora;

XIII. Garantir a proteção e segurança das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na entrega do objeto;

XIV. Assumir todos os possíveis danos, físicos ou materiais, causados ao Tribunal e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos trabalhos de entrega do objeto;

XV. Atender prontamente todas as solicitações do TCE/AM previstas no Edital, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência;

XVI. Comunicar ao TCE/AM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

XVII. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

XIX. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei nº 8.666/1993;

XX. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada, no prazo definido pelo TCE/AM, para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação (Arts. 78, inciso I da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência e na Lei;

² **NOTA1:** Equipamentos TRANE demandam gestão de **software proprietário dedicado**, para gerenciamento dos equipamentos – **necessitando de empresa credenciada pela empresa Trane do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Condicionamento de Ar Ltda.**



XXI. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

XXII. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o prazo contratual e poderá propor a fiscalização, definida pela Administração da CONTRATANTE, o equacionamento do horário das operações, a fim de estabelecer a compatibilização entre os seus serviços e os do Tribunal e minimizar os transtornos causados durante a execução do objeto;

XXIII. Apresentar o planejamento executivo dos serviços, contendo dias e horários dos serviços, além da avaliação preliminar de risco (físicos e patrimoniais) das atividades;

XXIV. Apresentar, após o recebimento da ordem de início dos serviços, a relação de todos os empregados envolvidos no serviço;

XXV. Entregar à CONTRATANTE as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, conforme reza o art. 3º da Resolução nº 425/98 do CONFEA: “Nenhuma obra/serviço poderá ter início sem a competente Anotação de Responsabilidade”;

XXVI. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Instrumento Contratual e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária que resultem ou venham a resultar a execução deste contrato, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária a completa realização dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA obriga-se a afastar qualquer empregado ou funcionário seu, do local dos serviços, cuja presença, a juízo da FISCALIZAÇÃO, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso do equipamento reparado.

PARÁGRAFO QUARTO: Os danos ou prejuízos deverão ser ressarcidos ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação à CONTRATADA, do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa, assegurada ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Pela perfeita e fiel execução dos serviços aqui pactuados, o TCE/AM pagará à **CONTRATADA** o valor mensal de **R\$xxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) perfazendo um valor global de **R\$xxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo o pagamento realizado mediante a apresentação de faturas devidamente atestadas pelo setor competente da CONTRATANTE, faturas essas que serão processadas e pagas segundo a legislação vigente, devendo nesta oportunidade serem comprovados os recolhimentos dos encargos sociais decorrentes desse contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes para execução do contrato correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 01.122.0056.2466; **Elemento de Despesa:** 339039; **Fonte de Recurso:** 100.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo de duração dos serviços ora contratados é de 12 (doze) dias **contados a partir da assinatura.**



CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de até 12 (doze) dias, nos termos do artigo 1º, 2º, Parágrafo Único e artigo 3º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS: A CONTRATADA garante os serviços executados, comprometendo-se a corrigir qualquer defeito que se verifique no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data de conclusão dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO - Os preços propostos serão reajustados pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, ou quando ocorrerem motivos de força maior que desequilibrem a equação econômica e financeira do Contrato, situação que deverá ser apontada e comprovada pela CONTRATADA, para que o TCE/AM examine e decida pelo reajustamento excepcional, fora do prazo acima estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES – Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual a CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil ou criminal, ficará sujeito às seguintes sanções administrativas fixadas no bojo dos Art. 86 a 88 da Lei 8.666/1993:

- I. advertência;
- II. multa;
 - e) Multas moratórias de 1% (um por cento) do valor do Contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso, se o objeto não for entregue na data prevista, sem justificativas aceitas pelo TCE-AM;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizada, na hipótese da rescisão administrativa, se o Contratado recusar-se a executá-lo;
 - g) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens solicitados, em caso de recusa do prestador de serviços em assinar o contrato, e;
 - h) 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens cotados pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Ata de Registro de Preços.
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- V. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;
- VI. As sanções previstas nos itens “I”, “III” e “IV” poderão ser aplicadas juntamente com o item “II”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- VII. A sanção estabelecida no item “IV” é de competência exclusiva da Presidente do Tribunal de Contas, da Secretária Geral de Administração, quando tal competência for delegada a esta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;
- VIII. As sanções previstas nos itens “III” e “IV” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:



- a. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado a CONTRATADA a **PRÉVIA E AMPLA DEFESA**, na via administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO, IMPEDIMENTO DE CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR – Caberá a declaração de suspensão temporária do direito de participar de licitação, ou do impedimento para contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa participar de licitação, ou do impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção; já a declaração de inidoneidade para licitar e contratar é aplicável à Administração Direta e Indireta da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) ou de 10(dez) dias, conforme se trate de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade, respectivamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As sanções a que se refere esta cláusula serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de suspensão do direito de participar de licitação e do impedimento para contratar não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar persistirá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que se promova a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou, após 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL – O presente contrato poderá ser rescindido em uma das hipóteses elencadas pelo art. 78, através de uma das formas prescritas pelo art. 79, ambos os artigos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência total ou parcial, a não ser **com prévia e expressa anuência do CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todas as responsabilidades, obrigações e direitos do cedente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pedido de cessão deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado, **cabendo à CONTRATADA** indicar e comprovar as razões de força maior que impossibilitem o cumprimento do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O cessionário indicado deverá atender a todas as exigências relacionadas com a sua capacidade e idoneidade e preencher todos os requisitos estabelecidos no edital e na legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE – A rescisão determinada por ato unilateral da CONTRATANTE acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos do CONTRATANTE de:



1. Assunção imediata do objeto deste contrato no estado em que se encontrar, por ato seu;
2. Ocupação e utilização, se for o caso, do local, instalações, equipamentos, material e pessoal envolvidos na execução deste contrato;
3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS – Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades, a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

1. Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e multa;
2. Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da publicação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato;
3. Formular pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO E CASOS OMISSOS – Este contrato somente poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, e os casos omissos ou quaisquer dúvidas serão solucionados mediante consultas ESCRITAS, firmando-se, em ambos os casos, termo de aditamento ou apostilamento, conforme a necessidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar as mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços ora contratados, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para os serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de supressão dos serviços, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão desde que regularmente comprovados.

PARÁGRAFO QUARTO: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PARÁGRAFO QUINTO: Incumbe, obrigatoriamente, à CONTRATADA comunicar ao CONTRATANTE os eventos previstos no parágrafo anterior e repassar-lhe os acréscimos ou diminuição dos preços dos serviços ora contratados sob pena de no caso de redução do valor dos serviços, a ser obrigada a indenizar imediatamente o CONTRATANTE com a cominação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA GARANTIA – A CESSIONÁRIA, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período, à critério do CEDENTE, após a assinatura do instrumento contratual, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste instrumento, conforme disposto no art. 56, incisos I, II e III da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais:



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza o CEDENTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- i. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- ii. prejuízos causados ao CEDENTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- iii. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CEDENTE à CESSIONÁRIA;
- iv. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CESSIONÁRIA.

PARÁGRAFO QUINTO: A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados na IN SEGES/MP Nº 05/2017.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CEDENTE, em conta específica a ser indicada pelo Cedente, com correção monetária.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CESSIONÁRIA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO NONO: O CEDENTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

1. Caso fortuito ou força maior;
2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
3. Descumprimento das obrigações pela CESSIONÁRIA decorrentes de atos ou fatos praticados pelo CEDENTE;
4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do CEDENTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CESSIONÁRIA, mediante termo circunstanciado, de que a CESSIONÁRIA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a CESSIONÁRIA não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO – A CONTRATADA e seus representantes legais apresentarão neste ato os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais e de ordem técnica indispensáveis à



lavratura do presente, inclusive a Certificação de Regularidade dos órgãos fiscais e previdenciários públicos, a que estiver vinculada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO: As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado do Amazonas, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE obriga-se a prover às suas expensas, devendo nesta data providenciá-la, a publicação, em forma de extrato, do presente contrato, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, a contar do quinto dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: CLÁUSULA ESSENCIAL: Constitui, também, cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da prestação de serviços, exceto nos casos previstos na Lei n º8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA está obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: NORMAS APLICÁVEIS – O presente contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, cujas normas, desde já, estendem-se como integrantes do presente termo, especialmente a Lei n º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação referente aos Planos Econômicos do Governo Federal que atinjam as cláusulas econômicas deste contrato, declarando a CONTRATADA conhecer todas essas normas, e concordando em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: COMPOSIÇÃO DO CONTRATO – Constitui partes obrigatórias deste Termo de Contrato os:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

De tudo, para constar, foi lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, xx de xxxxxx de 201x.

PELO TCE-AM:

XXX
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

PELO FORNECEDOR:

XXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:



NOME:
RG N.º
CPF N.º:
ASS.

NOME:
RG N.º :
CPF N.º:
ASS.



MINUTA DE EXTRATO

Extrato do Termo de Contrato nº XX/201X, que entre si Celebram o ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

1. **Data:** XX/XX/201X
2. **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX.
3. **Espécie:** Prestação de Serviços Especializados.
4. **Objeto:** Prestação de Serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, dos sistemas de ar condicionado e de automação dos Prédios Sede, Anexo, com mezanino, e da Escola de Contas Públicas deste TCE/AM, listados no Termo de Referência, o qual é parte integrante do presente instrumento contratual, permanecendo, nas dependências do Tribunal, - Preposto (supervisor); Técnicos em refrigeração; Mecânicos de refrigeração e Auxiliares de Refrigeração..
5. **Valor Global:** R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX).
6. **Valor Mensal:** R\$XXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX).
7. **Vigência:** De XX/XX/201X a XX/XX/201X.
8. **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 01.122.0056.2466; Elemento de Despesa: 339039; Fonte de Recurso: 100.
9. **Empenho:** Nota de Empenho nº 201XNE00XXX, de XX/XX/201X, no valor de R\$XXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX).

Manaus, XX de XXXXXXXX de 201X.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA
Secretária Geral de Administração